

CORREIO PAULISTANO

Divulgação/Prefeitura de SP



Hospita registra cerca de 35,5 mil atendimentos por mês

TCM cobra melhorias no Hospital do Servidor municipal

O Tribunal de Contas do Município determinou que a gestão municipal adote medidas para corrigir problemas identificados no Hospital do Servidor Público Municipal, após apontar falhas relacionadas à estrutura e à disponibilidade de profissionais em áreas específicas. A decisão foi tomada em novembro de 2025 e mantida no último dia 11, quando o recurso apresentado pela administração foi rejeitado pelos conselheiros. A apuração teve origem em uma denúncia encaminhada por um vereador à Corte de Contas. Durante inspeção, técnicos identificaram a existência de leitos de enfermaria, salas cirúrgicas e um consultório de cardiologia sem funcionamento, em razão da necessidade de reparos e adequações.

Órgão aponta falhas estruturais

Em resposta, a administração municipal informou que realizou investimentos desde 2021 para modernização e melhoria da unidade. Segundo a gestão, foram destinados cerca de R\$ 50 milhões para intervenções no hospital, sendo R\$ 32,5 milhões voltados à compra de equipamentos e mobiliário e aproximadamente R\$ 20 milhões aplicados em reformas e ampliação de prontos-socorros.

Divulgação/Prefeitura de SP



Unidade realiza, em média, 650 internações por mês

Processos para contratações

A prefeitura de SP também diz que as questões apontadas em fiscalizações anteriores foram resolvidas e afirma ter reforçado o quadro de profissionais em diversas especialidades, como clínica médica, pediatria, terapia intensiva, enfermagem, anestesiologia, geriatria e oncologia. Segundo a gestão, há processos em andamento para contratação em outras áreas técnicas. O HSM registra, por mês, cerca de 35,5 mil atendimentos ambulatoriais e 8,9 mil atendimentos em prontos-socorros. A unidade realiza, em média, 650 internações e 560 cirurgias/mês.

Circuito Mundial de Rugby Sevens

Neste final de semana, dias 28 e 29 de março, a capital recebe a última etapa do SVNS 2, que integra o Circuito Mundial de Rugby Sevens. O torneio acontece no estádio do Nacional, na Barra Funda. O Brasil recebe a competição pela quarta vez na história e vê, depois de 10 anos, a equipe feminina voltar a jogar em casa. Antes desta, as últimas edições em solo brasileiro aconteceram em 2016.

Comissão Saúde I

A Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher realizou a primeira reunião do ano. O colegiado analisou um conjunto de propostas voltadas à políticas públicas sociais e de saúde na capital. Entre as matérias, estão iniciativas relacionadas ao enfrentamento da violência contra a mulher.

Comissão Saúde II

Um dos projetos, do vereador Isac Félix (PL), do ex-vereador Camilo Cristóforo e do parlamentar Thammy Miranda (PSD), cria a política de combate à violência doméstica e familiar. Outra proposta determina a instalação de placas informativas sobre o crime de exploração sexual de crianças em locais públicos.

Apostas I

A Comissão de Administração Pública da Câmara Municipal de São Paulo apreciou 13 itens pautados para a primeira reunião do ano, realizada na última quarta-feira (25). Dentre os projetos, dez tiveram pareceres favoráveis aprovados e dois foram adiados. O colegiado também aprovou um requerimento.

Apostas II

Uma das matérias que receberam aval dos parlamentares é o Projeto de Lei do vereador Sargento Nantes (PP). O texto propõe a criação do Programa de Conscientização e Prevenção aos Riscos dos Jogos de Apostas Online nas Escolas. A iniciativa promove uma abordagem responsável sobre o tema para reduzir os riscos entre estudantes.

R\$ 20 milhões I

Dois imóveis foram leiloados pela Prefeitura de SP durante sessão pública presencial realizada nesta quarta-feira (25). Um imóvel localizado no Grajaú (Zona Sul) foi arrematado por R\$ 1,9 mi, já o outro, na Vila Matilde, vendido por mais de R\$ 17,8 milhões. Recursos irão para Fundo de Desenvolvimento Social (FMD).

R\$ 20 milhões II

Os valores irão financiar ações de saúde, educação, segurança, habitação, transporte, mobilidade urbana, assistência social e ações conduzidas pelas Subprefeituras. O Programa de Alienação de Imóveis, da Prefeitura, tem por objetivo a desmobilização de imóveis ociosos que integram a administração pública.



Decisão envolve local ocupado por associação esportiva

Justiça ordena reintegração no Campo de Marte

Decisão prevê desocupação e demolição de estruturas

Da Redação

A Justiça de São Paulo determinou a reintegração de posse de uma área pública de cerca de 15 mil metros quadrados localizada no Campo de Marte, na região da Casa Verde, zona norte da capital. A decisão envolve um espaço ocupado por uma associação esportiva e autoriza a retirada imediata dos ocupantes, além da demolição de construções consideradas irregulares.

A liminar foi concedida pelo juiz Bruno Santos Montenegro, da 9ª Vara da Fazenda Pública. Na decisão, o magistrado entendeu que não há comprovação de direito legal da entidade sobre o terreno, destacando que a ocupação de bens públicos possui caráter precário e não gera posse definitiva. A ordem também se estende a outros possíveis ocupantes não identificados.

O juiz apontou que a permanência no local estaria dificultando a destinação da área para uso público, além de interferir no andamento de um projeto previsto para o espaço. Segundo a decisão, a situação poderia resultar em impactos administrativos e financeiros, caso não fosse resolvida.

O cumprimento da ordem judicial poderá contar com apoio policial, caso necessário. A decisão também autoriza a remoção de estruturas existentes no local, consideradas incompatíveis com a destinação pública da área.

De acordo com informa-

ções do processo, a entidade foi notificada diversas vezes para desocupar o terreno, mas não atendeu às solicitações formais. Também foram relatadas tentativas de diálogo para uma solução administrativa, sem sucesso.

Ainda conforme os autos, houve participação inicial da associação em discussões sobre alternativas para utilização do espaço, incluindo propostas relacionadas à prática esportiva. No entanto, as negociações não avançaram, e a entidade não aderiu aos termos apresentados.

A decisão judicial considera que havia conhecimento prévio da necessidade de desocupação e resistência à devolução da área, o que contribuiu para a caracterização da ocupação como irregular.

O terreno em questão integra um projeto de parque municipal previsto para a região. A proposta envolve a ampliação de áreas destinadas ao lazer e à prática esportiva em uma área urbana consolidada. Para a execução, a área precisa estar livre, condição que, segundo o processo, não vinha sendo atendida.

Antes da judicialização, órgãos municipais haviam iniciado tratativas com ocupantes da área, buscando alternativas para continuidade de atividades em outros formatos ou locais. Também foram apontadas irregularidades no uso do espaço, incluindo a realização de eventos e atividades sem autorização formal.